

Sumário

Prefácio.....	1
Introdução.....	5
Capítulo 1 – Estrutura Federativa Brasileira:	
Autonomia Municipal	9
1.1 Fundamentos do Estado Federal.....	10
1.2 Federalismo no Brasil.....	22
1.3 A Repartição de competências na Constituição Federal de 1988.....	30
1.4 Autonomias municipais: política, administrativa, financeira e normativa.....	33
1.4.1 Autonomia normativa do Município.....	38
1.4.1.1 Lei Orgânica Municipal e seu papel para a formação das normas municipais.....	38
1.4.1.2 Interesse local e sua Importância.....	41
Capítulo 2 – Limites à Autonomia Municipal:	
Jurisdição Constitucional Democrática	47
2.1 Função judicial na perspectiva de Ronald Dworkin.....	49
2.1.1 Argumentos de princípios e julgador Hércules.....	49
2.1.2 Os juízes, o Estado de Direito e o fórum do princípio.....	53
2.1.3 Direito como integridade.....	55
2.1.4 A leitura moral da Constituição.....	60
2.1.5 Unidade de valor.....	63
2.2 Legislatura e desacordos morais razoáveis: Jeremy Waldron.....	67
2.3 A legitimidade da jurisdição constitucional na concepção de Jürgen Habermas.....	76

Capítulo 3 – Controle de Constitucionalidade dos Atos Municipais no Supremo Tribunal Federal	89
3.1 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	94
3.2 A ADPF como mecanismo de controle do ato municipal.....	100
3.3 Origem: Direito comparado.....	103
3.4 Objeto.....	105
3.5 Pressupostos de cabimento.....	111
3.5.1 Descumprimento de preceito fundamental.....	111
3.5.2 Inexistência de outro meio idôneo: subsidiariedade.....	116
3.5.3 Relevância da controvérsia constitucional.....	119
3.6 Legitimados.....	121
3.7 Efeitos.....	127
3.8 Análise das ADPFs perante o Supremo Tribunal Federal.....	128
Considerações Finais	135
Referências das Fontes Citadas	143
Anexo – Dados Coletados na Pesquisa Empírica	155